DocuSign Envelope ID: 8DAC19E6-2DAA-4BA2-A730-C7106E4DF09D

PUBLICIDADE LEGAL

suzano

RIO VERDE PARTICIPAÇÕES E PROPRIEDADES RURAIS S.A.

CNPJ nº 29.315.065/0001-08

Demonstrações Financeiras 2021

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Visão Geral: A Rio Verde foi criada em 2017, com sede na cidade de Suzano, no Estado de São Paulo cuja principal atividade está relacionada a ser uma base de ativos florestais. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Resultados: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais. Despesas com Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas totalizaram R$3 mil em 2021, 99% inferior ao montante registrado em 2020 R$826 mil. Esta redução deriva, principalmente, da diminuição de gastos com manutenção e reparos. Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro líquido foi positivo em R$2 mil em 2021, comparado ao resultado negativo de R$1 mil em 2020. Esse resultado reflete o aumento nos rendimentos de equivalentes de caixa. Resultado Líquido: Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro líquido de R$4 mil em 2021, em comparação ao prejuízo de R$828 mil do ano anterior. **Dividendos:** Em razão da Companhia ter um prejuízo acumulado, não há constituição de dividendo mínimo a ser distribuído em 2021. **Rating:** Ao longo de 2021, a Rio Verde manteve o rating Grau de Investimento (brAAA) na escala global pela Standard and Poor's e pela Fitch Ratings para a maioria dos seus investimentos financeiros. **Sustentabilidade:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **Governança:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **Auditoria e Controles Internos:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A. **Pessoas:** A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	38	759
Tributos a recuperar		4	3
Total do ativo circulante		42	762
Não Circulante			
Imobilizado	6	361.775	358.957
Total do ativo não circulante		361.775	358.957
Total do Ativo		361.817	359.719

Passivo	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante			
Fornecedores			3
Tributos a recolher			3
Total do passivo circulante			6
Total do Passivo			6
Patrimônio Líquido	7		
Capital social		379.264	377.164
Prejuízos acumulados		(17.447)	(17.451)
Total do patrimônio líquido		361.817	359.713
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		361.817	359.719

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Subscrito	Capital Social A integralizar	Capital Social Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	370.000		5.530	(16.623)	358.907
Resultado abrangente total					
Resultado do exercício				(828)	(828)
Transações de capital com os acionistas					
Aumento de capital (nota 7.1)	9.901		(5.530)		4.371
Capital social a integralizar		(2.737)			(2.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	379.901	(2.737)		(17.451)	359.713
Resultado abrangente total					
Resultado do exercício				4	4
Transações de capital com os acionistas					
Integralização de capital (nota 7.1)		2.100			2.100
Saldos em 31 de dezembro de 2021	379.901	(637)		(17.447)	361.817

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	9	(3)	(826)
Outras, líquidas		6	
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		3	(826)
Resultado Financeiro	10		
Despesas financeiras		(1)	(3)
Receitas financeiras		3	2
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		5	(827)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1)	(1)
Resultado Líquido do Exercício		4	(828)
Resultado do exercício	8		
Básico		0,00001	(0,00220)
Diluído		0,00001	(0,00220)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado líquido do exercício	4	(828)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	4	(828)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	4	(828)
Ajustes por		
Depreciação (nota 6)	1	1
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Tributos a recuperar	(1)	
Acréscimo (decréscimo) em passivos		
Tributos a recolher	(3)	2
Fornecedores	(3)	3
Salários e encargos sociais		(59)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2)	(881)
Atividades de Investimento		
Imobilizado	(2.819)	
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(2.819)	
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital (nota 7.1)	2.100	1.634
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	2.100	1.634
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(721)	753
No início do exercício	759	6
No final do exercício	38	759
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(721)	753

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A., é uma sociedade por ações com sede na cidade de Suzano, no estado de São Paulo e que tem por objeto: (i) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, relacionadas direta ou indiretamente com o objeto do item (ii) abaixo; e (ii) o investimento em propriedades rurais com potencial para exploração pecuária, agrícola ou florestal sob qualquer forma, inclusive por meio de compra, arrendamento, parceria rural, administração, operação e venda de tais imóveis. A Companhia é controlada pela Suzano S.A. e detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 24 de março de 2022.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais ("R$"), exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.1.9. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Políticas contábeis adotadas: 3.1.1. Moeda funcional e de apresentação:** A Entidade definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.1.3. Instrumentos financeiros: 3.1.3.1. Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cuja categoria de mensuração e apresentação é: (i) custo amortizado: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.1.3.2. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixa e equivalentes de caixa. **3.1.3.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (impairment), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.1.4. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. **3.1.5. Fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.1.6. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, ao custo. **3.1.7. Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros e despesas bancárias. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.1.8. Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **3.1.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, apresentado a seguir: • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (nota 6). A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.2. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras. **3.2.1. Imobilizado - CPC 27 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo CPC, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O CPC alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados. Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. O CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção. **3.2.2. Alterações à CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada):** As alterações do CPC 26 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **3.2.3. Alterações a CPC 26(R1) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023):** Alteram os requisitos do CPC 26 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam materiais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes. **3.2.4. Alterações à CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023):** A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o CPC manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

4. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos - 4.1. Gerenciamento de riscos financeiros - 4.1.1. Visão geral: Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; e (ii) crédito. A administração dos riscos de liquidez e de crédito da Companhia é realizada controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. **4.1.2. Administração de risco de liquidez:** A Companhia tem como objetivo manter uma posição de caixa de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados a seguir e representam os fluxos de caixa não descontados.

	31 de dezembro de 2020		
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano
Passivos			
Fornecedores	3	3	3
	3	3	3

4.1.3. Administração de risco de crédito: Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa e equivalentes de caixa. **4.1.4. Bancos e instituições financeiras:** A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantêm suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	38	759
	38	759

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa são classificados por agências avaliadoras. Utilizamos o Brazilian Risk Rating e a classificação brAAA foi atribuída pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e bancos	38	58
Equivalentes de caixa		
Certificado de depósito bancário		701
	38	759

6. Imobilizado

	Terrenos	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Taxa média a.a. %		20		
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	355.603	4	3.351	358.958
Saldo em 31 de dezembro de 2020	355.603	4	3.351	358.958
Adição	2.819			2.819
Saldo em 31 de dezembro de 2021	358.422	4	3.351	361.777
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Adição		(1)		(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(1)		(1)
Adição		(1)		(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(2)		(2)
Valor residual				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	355.603	3	3.351	358.957
Saldo em 31 de dezembro de 2021	358.422	2	3.351	361.775

7. Patrimônio Líquido - 7.1. Capital Social: Em 10 de fevereiro de 2020, o capital social da Companhia foi subscrito e parcialmente integralizado no montante de R$5.714, e em 30 de junho de 2020 um montante de 4.187, totalizando R$9.901. Durante o ano de 2021, foi integralizado o montante de R$2.100 de capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Rio Verde é totalmente subscrito e parcialmente integralizado no montante de R$379.901, dividido em 379.901.363 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do montante de R$379.901 do capital social, R$379.264 está integralizado e R$637 a integralizar.

8. Resultado por Ação:

8.1. Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício e que compõem o capital social.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado líquido do exercício	4	(828)
Quantidade de ações ordinárias	378.505.583	376.127.583
Resultado básico por ação ordinária - R$	0,00001	(0,00220)

8.2. Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, dessa forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

9. Despesas Gerais e Administrativas: Correspondem, principalmente, a energia elétrica no montante de R$1, incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$730 em 31 de dezembro de 2020, principalmente, proteção de terras (vigilância/segurança).

10. Resultado Financeiro

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(1)	(3)
	(1)	(3)
Receitas financeiras		
Rendimento de equivalente de caixa	3	2
	3	2
Resultado financeiro líquido	2	(1)

DIRETORIA

Marcelo Feriozzi Bacci - Diretor

Carlos Aníbal Fernandes de Almeida Junior - Diretor

Arvelino Cassaro

CRC ES-007400/O-4 - Contador

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador
CRC 1PE016700/O-0

Federação Rede e PSOL libera apoio a Lula e Ciro

Após decidirem formar uma federação partidária, a Rede Sustentabilidade e o PSOL chegaram a um acordo no qual os filiados dos dois partidos estarão liberados para apoiar candidatos diferentes na disputa pelo Palácio do Planalto. O acerto, porém, é informal: não vai constar no estatuto desse "casamento político", que, pela legislação, tem de contemplar disputas regionais e durar no mínimo 4 anos.

Enquanto o PSOL de Guilherme Boulos pretende subir no palanque de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), algumas das principais lideranças da Rede estarão com Ciro Gomes (PDT).

"No Estatuto, pactuamos o direito à divergência pública, sem caracterizar infidelidade partidária. Temos nosso querido Randolfe (Rodrigues, senador pelo Amapá) e vários outros apoiando Lula, eu e outros apoiando Ciro. Outros ainda podem apoiar candidaturas distintas, desde que pautadas no conteúdo programático da Plataforma 18.", disse ao Estadão a ex-senadora petista Heloísa Helena, porta-voz da Rede.

Além dela, a ex-ministra Marina Silva também já sinalizou apoio a Ciro. Embora cortejada como vice do pré-candidato do PDT, tal arranjo seria impossível sem que a federação da Rede e PSOL definisse o apoio formal a ele, o que já é descartado por dirigentes das duas siglas. Já Randolfe Rodrigues apoia Lula e passou a integrar a coordenação da campanha petista.

O presidente nacional do PSOL, Juliano Medeiros, ponderou que a federação terá apenas uma posição na eleição. "O estatuto e o programa preveem entre autonomia política e uma identidade programática mínima. A federação terá uma posição na eleição. Os casos que contrariarem essa posição serão tratados por cada um dos partidos", disse o dirigente.

A divergência entre as duas siglas expõe um dilema enfrentado por outros partidos menores que já decidiram compor uma federação com o PT e temem ser "engolidos" pela predominância petista: PCdoB e PV.

"Mesmo mantida a identidade partidária, a federação tem uma direção única e ela vai tomar as decisões importantes, como os palanques, cargos no parlamento e direções. Quem terá protagonismo na federação será o maior partido", afirmou o cientista político Vitor Marchetti, da Universidade Federal do Grande ABC.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
O MAIS COMPLETO JORNAL JURÍDICO DO PAÍS
Leia e assine:
5584-0035

Comerciantes de Petrópolis tentam se recuperar do segundo temporal em 35 dias

Os dois fortes temporais que caíram em Petrópolis, na Serra Fluminense, em um intervalo de 35 dias, deixaram até ontem, 22, 238 mortos, oito desaparecidos, centenas de desabrigados e um prejuízo ainda incalculável a comerciantes da cidade. Nesta terça, boa parte das lojas e bares do centro histórico permaneceu fechada ao público, enquanto funcionários e donos dos estabelecimentos tentavam recuperar alguma coisa. "Trabalho há 17 anos com comércio nesta rua. Neste ponto aqui, a água nunca tinha chegado à altura que chegou. Sempre alagava um pouco mais para lá, mas neste ponto não. Na chuva do dia 15 (do mês passado), a água subiu 1,6 metro", contou Robson Oliveira, de 51 anos. Ele é sócio de uma loja de suplementos e produtos naturais na Rua do Imperador.

O comerciante disse que o estabelecimento, que tem vinte funcionários, ficou quinze dias fechado depois dos temporais do mês passado. "O prejuízo ficou entre R$ 400 mil e R$ 500 mil. A mercadoria toda foi muito rápido, toda aquela que estava na área de venda foi embora. É uma mercadoria muito cara, a gente trabalha com suplementos, muito encapsulado de valor agregado alto. Só de granel, a gente tem seiscentos potes, e não deu tempo de tirar", contou Oliveira. A chuva de domingo passado trouxe novos prejuízos, mas o impacto não foi tão grande quanto da primeira vez. "Perdemos bast